

tras 3 mil famílias que estão aí? Seria importante que o Conselho Municipal de Habitação pudesse acompanhar essas inscrições, acompanhar essa situação de conflito, buscar sempre a negociação para atendimento, teria que acatar e obedecer aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e também nas leis internacionais que garantem para todas as famílias o direito sagrado da moradia e habitação social estamos vivendo a situação de reintegração de posse de uma favela aqui na Vila Guilherme, que a Bete França encaminhou através do jurídico da Secretaria uma carta para a Juíza da 23ª Vara pedindo a suspensão do despejo, e tem uma série de reintegração de posse, a Vereadora Juliana quer fazer um comentário de uma situação de remoção da Zona Leste, trazendo a preocupação da situação do despejo da favela aqui perto do Centro Cultural Vergueiro, seria muito importante que pudéssemos de fato ter um corpo técnico na Secretaria para poder lidar com essas questões de conflitos, mas o que nós estamos propondo é basicamente esse o objetivo do nosso voto, queríamos tratar de forma a superar essas questões e pedir o apoio da Secretaria no sentido de construir coletivamente essa política. **Sra. Elisabete** – Acho muito louvável a idéia da proposta dessa Resolução porque hoje em dia a Secretaria de Habitação tem enfrentado quase que sozinha a questão dos despejos, eu acho que o Conselho Municipal da Habitação estando presente, por exemplo, no caso do Juiz, que enviamos para o juiz uma solicitação, o Conselho seria muito mais importante, inclusive até para os Conselheiros acompanharem essa tarefa árdua que é da SEHAB de atender milhares e milhares, parece que todas as reintegrações da Cidade de São Paulo estão correndo nesses dias, a Resolução da forma como ela está escrita dá atribuições a SEHAB que não está na nossa atribuição, precisaríamos talvez uma rodada aí Dito e outros Conselheiros de aperfeiçoamento, antes de votarmos algo que tem furos, mas são jurídicos, a Prefeitura de São Paulo hoje paga para reintegrações de toda ordem, Zona Leste, Zona Sul, Centro, no Centro tem muita reintegração, cerca de 6 mil 500 aluguéis de reintegrações de próprios privados, o Grupo de Demanda vai ter que analisar, esse pessoal vai estar na fila também das unidades habitacionais da Minha Casa Minha Vida. **Sra. Juliana** – Primeiro parabenizar por essa reunião que vocês se reúnem para poder discutir a política de habitação na Cidade de São Paulo uma denúncia, vamos dizer assim, para ver se o Conselho e a Secretaria de Habitação poderiam ver isso e como poderiam encaminhar. Bom, ocorre que na Região de Sappembá há 2 anos atrás teve uma reintegração de posse para 200 famílias, muitas famílias saíram, que receberam os 5 mil reais e outras persistiram e ficaram inclusive com Ordem Judicial, tendo ganhado Liminar para ficar no local até que a Secretaria de Habitação achasse um local para que essas famílias pudessem ir, no Conjunto Teotônio Vilela, está sendo construído um empreendimento da Minha Casa Minha Vida que é muito próximo, que é a Favela do Tanque que fica, vamos dizer assim, quase ao lado do empreendimento Minha Casa Minha Vida, então dessas famílias que persistiram em ficar e estão com a Liminar são 17 famílias que estão lá e poderíamos, eu venho aqui hoje para pedir que o Conselho Municipal e a Secretaria de Habitação tenha uma ajuda para ver como que ficariam essas famílias, mesmo as que estão com a Liminar, que poderiam estar entrando que é do lado, elas têm Laudo da Defesa Civil, têm tudo o que precisava ter em relação ao que foi solicitado pelo Ministério das Cidades, eu ainda estou procurando ver como que ficam as demandas para poder estar entrando na Secretaria de Habitação, por isso que eu vim hoje, agradeço por terem dado o espaço para podermos estar colocando isso, mas também como denúncia para que o Conselho Municipal de Habitação possa, não só esse assunto como outros vários que vão acontecer na Cidade de São Paulo quando tiverem outros empreendimentos. **Sra. Elisabete** – Nós temos um Grupo que vai se reunir a partir do dia 30 para definir como é a demanda do Minha Casa Minha Vida, mas neste caso específico temos o Luiz que é o Diretor de Habi Sudeste e a Nancy podem combinar a reunião. **Sr. Pedro** – Felicitando muito ao Benedito, Luiz, Kazuo, Maria Izilda, José Abraão, e demais pela formulação dessa Minuta, encaminhamos há alguns meses algo nesse sentido, foi uma solicitação do Conselho Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos, vocês estão confirmando que o que nós fizemos foi positivo, espero que isso evolua que a gente trabalhe mais. **Sr. André** – Podia ter vindo não como uma Resolução para já votarmos, dado a recepção da própria mesa e a sugestão para o Movimento Popular para as pessoas que apresentaram esse voto, retirar de como Resolução e colocar como uma sugestão para se desenvolver uma política, se você tirar a Resolução não é uma Resolução rejeitada e sim um empenho que pode ser desenvolvido em conjunto por esse Conselho, junto à Secretaria da Habitação. **Sra. Violeta** – O que eu acho que é preciso, seja retirado pelo proponente, o formato em que está, que foi enviado à Secretaria porque tem uma série de inviabilidades de instalação desse

conteúdo que está aqui, então estamos aqui tratando de criar um GT, de fazer um outro trabalho com esse conteúdo, com essa tese para ser desenvolvido, mas a deixarmos esse conteúdo que foi distribuído, temos uma série de inviabilidades que eu acho que aqui, possivelmente seja unânime que todos estão inclinados a que esse Grupo se instale, será pioneiro, inédito no Brasil, em São Paulo, necessário, mas não podemos seguir com esse formato porque ele fere a Lei Orgânica do Município, uma série de atribuições que não podemos dar à Secretaria. **Sr. Maksuel** – Acho louvável a atitude dos companheiros que tiveram essa iniciativa, hoje o Município está com essa grande parcela de atendimento dessa demanda, nós não vemos intervenção dos outros entes federados nesse sentido, então o Movimento se sente sozinho quando chega a Ordem de Reintegração de Posse, hoje o Município está se sentindo sozinho e atado porque não tem recurso para quando estoura a bomba de 1.000, 2.000, 600, 300 famílias jogadas na rua, de atender imediatamente essas famílias eu acho que é louvável sim essa atitude que essa Comissão tem que ser criada, nós temos que ser pioneiros sim Bete, o Conselho tem poder e capacidade de propor uma Audiência Pública que participe o juiz, o Fórum para aí sim existir uma política para atender essas famílias que estão passando por essa situação emergencial, a Prefeitura lá dentro da sua capacidade como a Bete colocou, faz o que está sendo, o que assumiu, o que teve de reintegração de posse em São Paulo, que foi assumir, o quê que tem de recurso? Quantas famílias estão esperando para serem atendidas e quais são os projetos que tem para estar atendendo essas famílias? Se não começarmos a alertar agora, a nossa Comissão vai parar dentro da questão municipal, só, vai ficar no âmbito municipal, não vai para frente Dito, vai ficar parado, vai se criar mais uma Comissão, mais um GT, mais uma reunião para que quando consigamos chegar lá no juiz, vai ter uma assinatura do Conselho, todo mundo tem que ir para casa hoje pensando como pode ajudar para que não aconteça mais o que está acontecendo e só não fique na alçada do Município e tenha a participação dos outros entes federados para conseguirmos de fato resolver a situação, não é jogar o povo na rua. **Sr. Luiz** – Aqui no Conselho deveríamos estar encaminhando se o Conselho se propõe a construir, elaborar, estudar e fazer as verificações, mas aprovar a intenção do Conselho em relação à proposta de construir uma política nesse sentido. Acho que uma Resolução desse tamanho precisa ser aprofundada, precisa construir um Grupo para poder ter uma elaboração inclusive técnica. **Sra. Elisabete** – Eu gostaria de sugerir que esses 3 inscritos reflitam sobre o que já ouviram agora e essa consideração do Kohara de aprovarmos a intenção de um Grupo que discuta a questão da maior importância para a Cidade de São Paulo. **Sr. Benedito** – É evidente que nós do Movimento Popular não temos toda a condição, às vezes, de fazer a proposta, não temos estrutura, o fato é que ela é uma urgência e seria muito importante que essa Comissão fosse constituída no sentido de ir trabalhando e dando suporte, nós que trabalhamos lá no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, todas as questões que nós temos trazido e preocupações, a Secretaria tem buscado absorver isso e buscar uma solução conosco, vamos propor uma Audiência Pública, trazer o Conselho Nacional de Justiça para discutir o quê que o Judiciário de São Paulo e como que ele está decidindo, então essa Comissão passa a ter um poder muito maior para poder também trabalhar essas questões para além do debate interno e das soluções imediatas do problema. **Sr. Abelardo** – Em que pese o melhor mérito da proposta à necessidade e a urgência tal como você acaba de colocar, Dito, eu penso que nós não podemos deliberar aqui sobre nenhuma votação, como o Luiz propôs. Há questões de ordem legal prontamente levantadas pela Violeta, talvez a Dra. Vera possa acrescentar alguma coisa, que podem inviabilizar totalmente uma votação nesse sentido, eu particularmente não saberia distinguir aqui, tal como apresentado em voto, como é que se distinguiria numa demanda qualquer se a ocupação é recente ou antiga, se ela é em terreno público ou em terreno particular, tipo eu tenho uma formação voltada para isso, sou advogado e eu estou na dúvida, eu fico imaginando os outros Conselheiros, então eu acho que essa proposta, sem entrar no mérito dela que me parece que é a melhor das intenções que vocês estão colocando, ela precisa ser melhor esclarecida, tem que ter suporte jurídico para que possa ser respeitada, formar uma Comissão que vai tentar intervir num processo de desocupação e não ter respaldo legal não vai servir para nada, me parece que o melhor encaminhamento é que isso seja retirado e se estude com um pouco mais de profundidade, principalmente a questão legal e a partir daí forme um Grupo para discutir e preparar, pode ser criar um GT ou então uma Executiva, talvez não dê para trazer na próxima reunião do Conselho porque vai depender de consultoria jurídica, muita informação, prepara isso tudo e quando isso estiver mais maduro e que possa ter chance de realmente se criar uma política ou não. Que ele fosse retirado

e que isso fosse melhor preparado e que não se votasse aqui hoje intenção, eu não me sinto à vontade de votar intenção de algo que eu não sei nem se pode ser, eu não tenho suporte legal, eu não tenho informação para votar. **Sra. Elisabete** – Me parece, Dito, que você que é o porta-voz da Resolução, que existe um consenso, então nós já poderíamos sair daqui acordados que na semana que vem a Secretaria Executiva abra as inscrições para os interessados. **Sr. Abraão** – A minha idéia também não era de votar nada aqui, eu estou entendendo é que nós vamos sair daqui no mínimo com um consenso para que todos tenham o conhecimento e vamos pautar essa discussão socializando com todos para que possam construir isso junto. **Sra. Elisabete** – Agora o Ricardo vai apresentar um resumo atual do Fundo. **Sr. Ricardo** – Eu queria pedir para todos, cada um na sua respectiva religião fazer uma oração pelas vítimas das enchentes de Alagoas, foi uma coisa bastante dolorosa para nós aqui da Secretaria da Habitação que acompanhamos, trabalhos bastante em relação a isso, é uma coisa muito triste que está acontecendo. Terminamos o ano passado com um saldo de 48 milhões na conta do Fundo Municipal, por um lado não gastamos o dinheiro e por outro lado nós temos esse dinheiro para gastar, tivemos uma certa dificuldade, 1º porque numa votação do Conselho nós acabamos não aprovando algumas aquisições e 2º depois nós tivemos a eleição, por conta disso eu também não trouxe mais, esperou eleger um novo Conselho para trazer novas propostas a partir desse ano. De junho a dezembro nós vamos ter a entrada de 55 milhões temos também um retorno de prestações, vamos terminar com 100 milhões que nós pretendemos gastar da seguinte forma: 31 milhões com obras, 44 milhões com projetos, só para lembrar nós aprovamos na última reunião, 44 com aquisições, na última reunião nós aprovamos 30 milhões para comprar terrenos e aqui 24 milhões, Locação Social e Parceria Social. **Sra. Elisabete** – Obrigada Ricardo, agora vamos ouvir um breve relato dos conselheiros que participaram da Conferência das Cidades. **Sr. André** – Vários colegas que estão aqui hoje estavam em Brasília na 4ª Conferência das Cidades e eu queria muito rapidamente fazer um elogio, não só ao Movimento Popular, mas também às Entidades de Classe que fazem parte desse Conselho, também às pessoas que estavam presentes pela Prefeitura de São Paulo pela atuação na 4ª Conferência das Cidades que se realizou em Brasília, de sábado até a data de ontem, e o Movimento Popular teve uma participação fortíssima, a Delegação de São Paulo era a maior de todas, de todos os Estados, é um elogio que eu quero colocar não só aos presentes, mas a todos que participaram também nas Conferências Municipais e Estaduais para chegarem em Brasília e os nossos prezados colegas aqui do Conselho que fazem representação da parte do empresário também estavam presentes o tempo todo lá. É muito gratificante poder ver que membros do Conselho também participam em outras Entidades, outras esferas, não só no âmbito municipal, mas principalmente no âmbito federal e o resultado disso é que na eleição para o Conselho das Cidades que vai começar a exercer o mandato no próximo ano, companheiros daqui de São Paulo vão ter assento no Conselho das Cidades em nível de Brasília tanto nas Entidades ligadas ao Sindicato da Construção, Sindicato da Área de Comércio da Indústria da Construção Civil, colegas nossos do Movimento Social daqui de São Paulo também vão ser Conselheiros quem já participou de uma Conferência como essa às vezes você não consegue ter a nomeação a que são indicadas as Entidades, mas vamos dizer, presentes estavam o pessoal que está aqui, o Campoy, o Elcio também estava presente em Brasília, boa parte do pessoal do Movimento, da UMM, da CMP, em suma, uma presença da Cidade de São Paulo, por parte do Governo tanto eu quanto a Márcia Terlizzi estávamos lá, fizemos parte do segmento Poder Público que vai estar representado pelo Estado do Rio de Janeiro, para a Região Sudeste, pela Frente Nacional de Prefeitos e na Suplência o Prefeito de Diadema foi escolhido pela bancada da Região Sudeste como também representante da Frente Nacional de Prefeitos. **Sra. Elisabete** – Parabéns ao Abraão que vai fazer parte do Conselho das Cidades, nós resolvemos aqui no Conselho Municipal da Habitação render uma homenagem às áreas onde nós fazemos intervenções de urbanização e outras onde eles criam Programas de Inclusão Social e Programas de Educação Ambiental. Decidimos que nos nossos lanchinhos aqui sempre serão servidos produtos desse trabalho desses moradores dessas áreas e hoje, é do Jardim Colombo, também tem uma favela em urbanização. O Maksuel vai falar sobre outros assuntos. **Sr. Maksuel** – Foi colocado que não iria votar, se votasse isso, que teria que se reavaliar. Eu tenho uma proposta de reavaliação de toda a situação de como estão os Mutirões, não tenho isso em mãos para ver como estão todas as situações dos Mutirões que estão parados. Dinheiro, dentro da questão do Conselho do Fundo Municipal nós sabemos que não tem e que isso, eu acho que juridicamente falando, nós apresentemos isso para a Caixa Econômica Federal no sentido

de conseguir os recursos destinados ao Minha Casa Minha Vida para que nós consigamos terminar todos os Mutirões. Do mesmo jeito que a Caixa Econômica Federal veio aqui até esse Conselho pedir 800 mil desse Conselho para terminar o Crédito Solidário, eu acho que esse Conselho também se sente no direito de pedir recursos à Caixa Econômica Federal, por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida, que seja fundamentado, realizado um convênio entre a Secretaria e a Caixa Econômica Federal para que nós consigamos ver caso a caso como que nós vamos estar encaminhando a solução de cada convênio e de cada situação dos Mutirões, visualizando se isso tem possibilidade e depois na próxima reunião do Conselho estar apresentando essa proposta, essa solução. **Sr. Benedito** – O Programa de Mutirão com auto-gestão no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação está, vamos dizer assim, praticamente foi extinto, o que tem são os Mutirões que faltam concluir e aqueles conjuntos que foram licitados na gestão anterior, mas por conta de ter algum problema fundiário por estar em área de Prefeitura, não conseguiram nem ir para o Programa Minha Casa Minha Vida nem ir para a Parceria com a CDHU, então eles ficaram sobrando e ficaram sem nenhum tipo de atendimento, o Quilombo dos Palmares, lá na Leste I em São Mateus, lá no São Francisco, parte das famílias foram agregadas numa outra demanda lá no próprio São Francisco, mas ainda sobram 120 famílias naquela demanda, e tem outros conjuntos que não receberam nenhum tipo de atendimento, então foi com base nessa situação que nós fizemos a proposta da Resolução que é para solucionar e concluir a etapa de um passivo. A Ângela ficou de fazer essa discussão conosco do GT, de trazer, fazer esse levantamento e eu tenho a impressão de que no âmbito do GT nós vamos fazer esse debate, vamos formatar uma proposta inclusive para tratar, estudar uma solução e uma resposta para todo esse passivo. **Sr. Maksuel** – Sabemos que temos que resolver a situação dos Mutirões, mas não adianta fundamentar propostas que nós sabemos que não vai ter uma viabilização, aí cria conflitos, então nós temos que trazer propostas para dentro dos GTs que atenda essa questão, essa realidade da questão dos Mutirões. **Sra. Elisabete** – Já foi retirado, já está marcado, a Izilda é Coordenadora, o assunto vai ser tratado pelo GT de Mutirões. **Sr. Ricardo** – Sabemos que na medida em que você identifica um terreno, você vai desapropriar, vai aprovar, tem uma perda por "N" razões, esses terrenos que foram os últimos que ainda não foram edificados única e exclusivamente por causa de falta de dinheiro, claro, o Município tem uma limitação, mas não é só por isso, tiveram outras razões, tem alguns como você falou que tem problemas de contaminação, então falamos assim, tem um problema fundiário e precisamos resolver o problema fundiário, às vezes não dá para resolver o problema fundiário você falou que sobram outras, as famílias já foram atendidas num outro Programa, mas remanesceram um grupo de 120 famílias que precisam ser atendidas, ótimo, nós estamos aqui para isso mesmo, estamos comprando terreno em toda a Cidade de São Paulo para que as pessoas não precisem ser removidas distantes de onde elas estão hoje, vamos pegar o recurso federal que nem o Maksuel está propondo, que é um recurso, já falei para vocês, a arrecadação de todos os Impostos que são pagos no país vão para o Governo Federal, então é de lá que temos que pedir dinheiro, então vamos pegar esse dinheiro, vamos fazer habitação e vamos atender as 120 famílias e outras tantas que por ventura não tiveram acesso a nenhum Movimento ou nenhum Conselheiro ou nenhum Vereador ou mesmo não sabe onde fica a SEHAB, propor que nós, a partir de agora temos de ser o mais prático possível porque a nossa vida já não é fácil pegando um terreno que tenha possibilidade porque as aprovações são complicadas, sabemos a dificuldade de habilitar um empreendimento para pegar recurso da Caixa Econômica. **Sra. Izilda** – Eu só queria esclarecer que eu acho que então não ficou muito claro, são convênios firmados, muito antigo, de Entidades que disputaram Licitação Pública, a intenção era, esses foram os únicos projetos que tinham essa característica porque os demais foram para o CDHU e foram para o Minha Casa Minha Vida, agora a situação dos Mutirões paralisados é outra coisa, nós retiramos para fazer, aprofundar essa discussão do GT, vamos para a Comissão, para o Grupo de Trabalho de Demanda para solucionar um convênio firmado que é de responsabilidade da Prefeitura atendendo prioridades, então nós temos que discutir também o que é prioridade no atendimento e tentar solucionar as questões dentro do Grupo de Trabalho e trazer para cá. **Sra. Verinha** – Eu também estava na Conferência Nacional das Cidades, falamos só do Minha Casa Minha Vida e sabemos que tem outras fontes de recursos tanto do Governo Federal quanto o do Estadual juntamente com a Prefeitura, as três esferas do Governos têm que trabalhar juntos, aí sim vamos poder avançar na política habitacional. **Sra. Elisabete** – Agradece e encerra a reunião.

# SIMPROC

## SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS ANDAMENTO DE PROCESSOS

Consulte o andamento do seu processo administrativo na PMSF através da **CENTRAL 156**

Antes de ligar tenha em mãos o protocolo contendo o número do processo entregue no momento da autuação, para informar ao atendente.

Você poderá obter o nome, endereço, telefone e e-mail da unidade onde está sendo analisado e, a sua situação atual

Mais detalhes sobre o andamento do processo, entre em contato diretamente com a unidade de análise

SERVIÇO DISPONÍVEL  
DE SEGUNDA A SEXTA DAS 7h ÀS 22h

CONSULTA TAMBÉM DISPONÍVEL  
NA INTERNET, NO ENDEREÇO:

[www.prefeitura.sp.gov.br/processos](http://www.prefeitura.sp.gov.br/processos)



PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**

MODERNIZAÇÃO, GESTÃO  
E DESBUROCRATIZAÇÃO